

SUMÁRIO

SEC-BA
Nutricionista

LÍNGUA PORTUGUESA

Leitura e atribuição de sentidos de textos verbais e não verbais extraídos de livros, periódicos contemporâneos em meios impressos e eletrônicos	1
Textos mistos: verbais e não verbais inclusive imagéticos.....	8
Semântica e o sentido das palavras: relação entre significantes (sinais, símbolos, palavras e frases).....	10
Pontuação e seus recursos sintático-semânticos	19
Questões	31
Gabarito.....	44

CONHECIMENTOS GERAIS

Conhecimentos contextualizados à realidade brasileira contemporânea e suas demandas socioambientais, políticas e econômicas.....	1
Temas de interesse do mundo globalizado pautados pelas diversas mídias. Temas de repercussão e relevância veiculados nas mídias em âmbito nacional e local	4
Visão crítica frente aos desafios apresentados no cenário contemporâneo global, especificamente no Brasil e as relações com a educação brasileira	5
Questões	9
Gabarito.....	13

CONHECIMENTOS SOBRE POLÍTICAS EDUCACIONAIS E DE COMBATE À POBREZA

Lei de diretrizes e bases da educação nacional	1
Concepção histórico-crítica da educação.....	33
Projeto político pedagógico da escola.....	41
Conhecimento sobre as políticas de combate à pobreza – histórico, objetivos, resultados alcançados, índices de pobreza no Brasil e no mundo, projetos sociais, legislação.....	45
Decreto 12830/11 (Bahia)	48

SUMÁRIO

SUMÁRIO

Decreto federal 4.564/2003	48
Questões	50
Gabarito	56

NOÇÕES GERAIS DA IGUALDADE RACIAL E DE GÊNERO

Constituição da república federativa do brasil (art. 1º, 3º, 4º e 5º).....	1
Constituição do estado da bahia, (cap. Xxiii “do negro”).....	8
Lei federal no 12.288, De 20 de julho de 2010 (estatuto da igualdade racial)	9
Lei estadual nº 13.182, De 06 de junho de 2014 (estatuto da igualdade racial e de combate a intolerância religiosa), regulamentada pelo decreto estadual nº 15.353, De 08 de agosto de 2014.....	21
Decreto estadual nº 15.670 De 19 de novembro de 2014	35
Decreto estadual nº 15.671 De 19 de novembro de 2014	35
Decreto estadual nº 15.669, De 19 de novembro de 2014	41
Lei federal no 7.716, De 05 de janeiro de 1989 (tipificação dos crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor).....	44
Decreto federal no 65.810, De 08 de dezembro de 1969 (convenção internacional sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial).....	47
Decreto federal no 4.377, De 13 de setembro de 2002 (convenção sobre eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher).....	55
Lei federal no 11.340, De 07 de agosto de 2006 (lei maria da penha).....	64
Código penal brasileiro (art. 140)	76
Lei federal nº 9.455, De 07 de abril de 1997 (combate à tortura)	78
Lei federal nº 2.889, De 01 de outubro de 1956 (combate ao genocídio).....	79
Lei federal no 7.437, De 20 de dezembro de 1985 (lei caó)	80
Lei estadual no 10.549, De 28 de dezembro de 2006 (modifica a estrutura organizacional da administração pública do poder executivo estadual e dá outras providências) ..	81
Lei estadual no 12.212, De 04 de maio de 2011 (modifica a estrutura organizacional e cargos em comissão da administração pública do poder executivo estadual e dá outras providências)	86
Lei federal no 10.678, De 23 de maio de 2003 (cria a secretaria de políticas de promoção da igualdade racial da presidência da república)	105
Questões	106
Gabarito	112

SUMÁRIO

SUMÁRIO

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Requerimentos nutricionais e recomendações dietéticas guia alimentar para a população brasileira	1
Bioquímica; fisiologia e metabolismo de proteínas, lipídios, carboidratos, vitaminas, minerais água e fibras alimentares; digestão, absorção, excreção e biodisponibilidade.....	5
Energia: componentes do gasto energético, medidas, cálculos e recomendações para saúde e doença	29
Avaliação do estado nutricional e dietética da população sadia e enferma; métodos de avaliação e inquéritos dietéticos.....	31
Necessidades e recomendações nutricionais específicas para infância adolescência, adultos e idosos.....	35
Promoção da alimentação saudável e políticas nutricionais: promoção da saúde, prevenção de doenças e segurança alimentar e nutricional	43
Políticas e programas de nutrição no brasil, incluindo o programa nacional de alimentação escolar (pnae); noções e conceitos do programa nacional de alimentação escolar e suas regulamentações	47
Sistema de segurança alimentar e nutricional (sisan) e sistema de vigilância alimentar e nutricional (sisvan).....	50
Legislação sanitária de alimentos e lei federal nº 11.947/2009 E suas alterações e resolução 06/2020	52
Controle higiênico-sanitário e tecnologia de alimentos: perigos físicos, químicos e biológicos	96
Doenças de transmissão hídrica e alimentar (dtha).....	100
Manual de boas práticas, procedimentos operacionais padronizados (pop) e sistema appcc	104
Higiene pessoal, dos alimentos e do ambiente	118
Tecnologia e características dos alimentos: conceito, classificação, pré-preparo, preparo, conservação e armazenamento dos alimentos.....	126
Avaliação da qualidade e controle microbiológico.....	136
Administração em unidades de alimentação e nutrição (uan): fundamentos de administração, estrutura organizacional e funcionamento.....	143
Dimensionamento de equipamentos, recursos humanos, ergonomia, segurança no trabalho e gestão ambiental	144
Logística, suprimentos, planejamento de cardápios e custos; avaliação e controle de processos	151
Legislação aplicada às uans	163
Ética e formação profissional: formação do nutricionista e ética no exercício profissional.....	181
Questões	197
Gabarito.....	203

SUMÁRIO



DIFERENÇA ENTRE COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO

A compreensão e a interpretação de textos são habilidades interligadas, mas que apresentam diferenças claras e que devem ser reconhecidas para uma leitura eficaz, principalmente em contextos de provas e concursos públicos.

Compreensão refere-se à habilidade de entender o que o texto comunica de forma explícita. É a identificação do conteúdo que o autor apresenta de maneira direta, sem exigir do leitor um esforço de interpretação mais aprofundado. Ao compreender um texto, o leitor se concentra no significado das palavras, frases e parágrafos, buscando captar o sentido literal e objetivo daquilo que está sendo dito. Ou seja, a compreensão é o processo de absorver as informações que estão na superfície do texto, sem precisar buscar significados ocultos ou inferências.

► Exemplo de compreensão:

Se o texto afirma: “Jorge era infeliz quando fumava”, a compreensão dessa frase nos leva a concluir apenas o que está claramente dito: Jorge, em determinado período de sua vida em que fumava, era uma pessoa infeliz.

Por outro lado, a **interpretação** envolve a leitura das entrelinhas, a busca por sentidos implícitos e o esforço para compreender o que não está diretamente expresso no texto. Essa habilidade requer do leitor uma análise mais profunda, considerando fatores como contexto, intenções do autor, experiências pessoais e conhecimentos prévios. A interpretação é a construção de significados que vão além das palavras literais, e isso pode envolver deduzir informações não explícitas, perceber ironias, analogias ou entender o subtexto de uma mensagem.

► Exemplo de interpretação:

Voltando à frase “Jorge era infeliz quando fumava”, a interpretação permite deduzir que Jorge provavelmente parou de fumar e, com isso, encontrou a felicidade. Essa conclusão não está diretamente expressa, mas é sugerida pelo contexto e pelas implicações da frase.

Em resumo, a compreensão é o entendimento do que está no texto, enquanto a interpretação é a habilidade de extrair do texto o que ele não diz diretamente, mas sugere. Enquanto a compreensão requer uma leitura atenta e literal, a interpretação exige uma leitura crítica e analítica, na qual o leitor deve conectar ideias, fazer inferências e até questionar as intenções do autor.

Ter consciência dessas diferenças é fundamental para o sucesso em provas que avaliam a capacidade de lidar com textos, pois, muitas vezes, as questões irão exigir que o candidato saiba identificar informações explícitas e, em outras ocasiões, que ele demonstre a capacidade de interpretar significados mais profundos e complexos.

TIPOS DE LINGUAGEM

Para uma interpretação de textos eficaz, é fundamental entender os diferentes tipos de linguagem que podem ser empregados em um texto. Conhecer essas formas de expressão ajuda a identificar nuances e significados, o que torna a leitura e a interpretação mais precisas. Há três principais tipos de linguagem que costumam ser abordados nos estudos de Língua Portuguesa: a linguagem verbal, a linguagem não-verbal e a linguagem mista (ou híbrida).

► Linguagem Verbal

A linguagem verbal é aquela que utiliza as palavras como principal meio de comunicação. Pode ser apresentada de forma escrita ou oral, e é a mais comum nas interações humanas. É por meio da linguagem verbal que expressamos ideias, emoções, pensamentos e informações.



As Demandas Socioambientais Atuais

Crises Ambientais Globais:

• Aquecimento Global e Mudanças Climáticas

O aquecimento global é uma das questões mais urgentes da atualidade. Ele refere-se ao aumento da temperatura média da Terra causado, principalmente, pela intensificação do efeito estufa — fenômeno natural agravado pelas emissões de gases como o dióxido de carbono (CO_2), metano (CH_4) e óxidos de nitrogênio. Essa elevação térmica tem desencadeado mudanças climáticas que se refletem em secas prolongadas, enchentes, degelo de calotas polares e aumento do nível do mar.

Para os concursos, é essencial compreender que as mudanças climáticas impactam diretamente a economia, a saúde pública, a agricultura e os padrões de migração humana. Candidatos devem saber, por exemplo, que o Brasil, embora emita menos carbono que os grandes países industrializados, enfrenta desafios graves como o desmatamento da Amazônia — um dos principais contribuintes nacionais para o aquecimento global.

• Perda da Biodiversidade e Escassez de Recursos

Outro problema gravíssimo é a perda da biodiversidade, ou seja, a extinção acelerada de espécies animais e vegetais causada pelo desmatamento, poluição, mineração, pesca predatória e urbanização desordenada. Essa perda compromete o equilíbrio dos ecossistemas e a própria sobrevivência humana, já que muitos remédios, alimentos e tecnologias dependem de recursos naturais.

A escassez de recursos naturais, como água potável e solo fértil, também está no centro dos debates socioambientais. O uso insustentável desses recursos gera conflitos entre países, regiões e setores produtivos, o que exige um novo modelo de desenvolvimento baseado na sustentabilidade.

Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS):

A Agenda 2030 é um plano global estabelecido pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2015, com 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas a serem cumpridas até o ano de 2030. Esses objetivos visam erradicar a pobreza, proteger o planeta e assegurar prosperidade para todos.

Entre os ODS mais cobrados em provas de concursos estão:

- ODS 6 – Água potável e saneamento
- ODS 7 – Energia limpa e acessível
- ODS 11 – Cidades e comunidades sustentáveis
- ODS 13 – Ação contra a mudança global do clima
- ODS 15 – Vida terrestre

Saber interpretar e relacionar os ODS com situações práticas é uma habilidade cada vez mais exigida por bancas como FCC, Vunesp e FGV.

O Papel da Sociedade e do Estado nas Políticas Ambientais

A proteção ambiental não é tarefa apenas dos governos, mas envolve toda a sociedade. O Estado tem responsabilidade de formular e aplicar políticas públicas eficazes, como leis de proteção ambiental, incentivos à energia limpa e programas de recuperação de áreas degradadas. No Brasil, a Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981) é um marco legal importante, que estabelece princípios e instrumentos para a gestão ambiental.

Entretanto, a atuação da sociedade civil, por meio de ONGs, movimentos sociais, comunidades locais e cidadãos, é fundamental para cobrar ações, fiscalizar irregularidades e promover práticas sustentáveis no cotidiano.

**LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996**

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I
DA EDUCAÇÃO

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

TÍTULO II
DOS PRINCÍPIOS E FINS DA EDUCAÇÃO NACIONAL

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;
- IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII - valorização do profissional da educação escolar;
- VIII – gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos respectivos Estados e Municípios e do Distrito Federal; (Redação dada pela Lei nº 14.644, de 2023)
- IX - garantia de padrão de qualidade; (Vide Decreto nº 11.713, de 2023)
- X - valorização da experiência extra-escolar;
- XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.
- XII - consideração com a diversidade étnico-racial. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)
- XIII - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. (Incluído pela Lei nº 13.632, de 2018)
- XIV - respeito à diversidade humana, linguística, cultural e identitária das pessoas surdas, surdo-cegas e com deficiência auditiva. (Incluído pela Lei nº 14.191, de 2021)





DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Forma, Sistema e Fundamentos da República

– Papel dos Princípios e o Neoconstitucionalismo

Os princípios abandonam sua função meramente subsidiária na aplicação do Direito, quando serviam tão somente de meio de integração da ordem jurídica (na hipótese de eventual lacuna) e vetor interpretativo, e passam a ser dotados de elevada e reconhecida normatividade.

– Princípio Federativo

Significa que a União, os Estados-membros, o Distrito Federal e os Municípios possuem autonomia, caracteriza por um determinado grau de liberdade referente à sua organização, à sua administração, à sua normatização e ao seu Governo, porém limitada por certos princípios consagrados pela Constituição Federal.

– Princípio Republicano

É uma forma de Governo fundada na igualdade formal entre as pessoas, em que os detentores do poder político exercem o comando do Estado em caráter eletivo, representativo, temporário e com responsabilidade.

– Princípio do Estado Democrático de Direito

O Estado de Direito é aquele que se submete ao império da lei. Por sua vez, o Estado democrático caracteriza-se pelo respeito ao princípio fundamental da soberania popular, vale dizer, funda-se na noção de Governo do povo, pelo povo e para o povo.

– Princípio da Soberania Popular

O parágrafo único do Artigo 1º da Constituição Federal revela a adoção da soberania popular como princípio fundamental ao prever que *“Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”*.

– Princípio da Separação dos Poderes

A visão moderna da separação dos Poderes não impede que cada um deles exerça atipicamente (de forma secundária), além de sua função típica (preponderante), funções atribuídas a outro Poder.

Vejamos abaixo, os dispositivos constitucionais correspondentes ao tema supracitado:

TÍTULO I

DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui - se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

- I - a soberania;
- II - a cidadania
- III - a dignidade da pessoa humana;
- IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; (Vide Lei nº 13.874, de 2019)



O Guia Alimentar para a População Brasileira é um documento criado pelo Ministério da Saúde do Brasil que tem como objetivo promover uma alimentação saudável, equilibrada e adequada à cultura, aos hábitos e às condições socioeconômicas da população brasileira. A versão mais recente do guia foi publicada em 2014, e é amplamente utilizada por profissionais da saúde e pela população em geral como referência para a promoção de uma dieta saudável.

Objetivos do Guia

Os objetivos do Guia Alimentar para a População Brasileira são abrangentes e buscam promover uma alimentação saudável e adequada, considerando as particularidades culturais, sociais e econômicas do Brasil. Aqui estão os principais objetivos:

1. Promover a saúde e o bem-estar: O Guia incentiva uma alimentação baseada em alimentos in natura e minimamente processados, com o objetivo de melhorar a saúde da população e prevenir doenças relacionadas à má alimentação, como obesidade, diabetes, hipertensão e doenças cardiovasculares.

2. Prevenir doenças crônicas: O Guia oferece recomendações que ajudam a prevenir doenças crônicas não transmissíveis, como diabetes, câncer e doenças do coração, que estão frequentemente associadas a hábitos alimentares inadequados e ao consumo excessivo de alimentos ultraprocessados.

3. Promover a alimentação adequada e saudável: O Guia incentiva uma alimentação equilibrada, respeitando a fome e a saciedade, e enfatiza o valor social e cultural da alimentação, além de considerar os impactos no meio ambiente e no sistema alimentar.

4. Valorizar a cultura alimentar brasileira: Ele reconhece e valoriza os hábitos e tradições alimentares regionais, promovendo a preservação de práticas alimentares tradicionais, com base em alimentos frescos, naturais e típicos do Brasil.

5. Orientar políticas públicas de saúde e nutrição: O Guia serve como base para o desenvolvimento de programas e políticas de saúde pública, direcionados a melhorar a alimentação da população e reduzir os índices de má nutrição e suas consequências.

6. Estimular escolhas alimentares conscientes: O Guia busca fortalecer a capacidade dos indivíduos de fazerem escolhas alimentares mais informadas e saudáveis, promovendo a crítica sobre a publicidade de alimentos ultraprocessados e a influência do marketing na alimentação.

7. Reduzir o impacto ambiental e social: Além da saúde, o Guia incentiva práticas alimentares que levem em conta a sustentabilidade, incentivando o consumo de alimentos locais e minimizando o impacto ambiental da produção e consumo de alimentos ultraprocessados.

Ao alinhar esses objetivos, o Guia Alimentar contribui para a melhoria da qualidade de vida da população, promovendo saúde e bem-estar por meio de hábitos alimentares saudáveis e conscientes.

Princípios do Guia

Os princípios do Guia Alimentar para a População Brasileira orientam suas recomendações para garantir uma alimentação saudável, equilibrada e culturalmente adequada. Eles vão além do aspecto nutricional, abordando a alimentação como um fenômeno social, cultural e ambiental. A seguir, os cinco princípios fundamentais do Guia:

1. Alimentação é mais do que a ingestão de nutrientes

O Guia reconhece que a alimentação não se resume ao consumo de nutrientes, como proteínas, carboidratos e gorduras. A alimentação é um ato social e cultural, que envolve prazer, convivência e tradições. O ato de comer está relacionado a aspectos emocionais, simbólicos e de identidade cultural, e por isso o Guia valoriza a importância de comer de forma consciente e prazerosa, em ambientes saudáveis e em boa companhia.